

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS ----

----- ATA NÚMERO DEZASSEIS-----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezasseis reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto Conceição Reis, Primeiro Secretário, e Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Segundo Secretário.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, José Maria Lucas da Silva e Maria Manuela Costa Malheiro Dias Aurélio Ferreira.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** - Armando Dias Estácio, Joaquim Maria Fernandes Marques, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Francisco Luís Ferreira Bento, Tiago José Gonçalves Costa Ghira Campos e Catarina Maria Martins Vaz Ferreira e Silva.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Morais. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Ana Cláudia Figueiredo de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituída por José Lucas da Silva.-----

----- Mário Rui Peixoto Reis Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Ferreira.-----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Tiago Campos.-----

----- Maria Manuela Silva Correia de Brito e Nunes Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Catarina Silva.-----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Jorge Capinha** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Antes de mais queria saber se posso fazer a entrega de um documento sobre aquilo que vou expor aqui.* -----

----- *Tenho aqui mais cópias deste documento, se alguém precisar.* -----

----- *Sou sub-chefe de primeira classe no Regimento de Sapadores Bombeiros. Tenho a minha atividade na área do quartel de Alvalade.* -----

----- *Venho aqui porque não posso ficar indiferente face à reestruturação que está a existir no Regimento de Sapadores Bombeiros e venho alertar para a diminuição da eficácia do socorro prestado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros. Como é que isto acontece?*-----

----- *Acontece porque é notório o alargamento das zonas operacionais na Cidade de Lisboa, a falta de efetivos bombeiros no RSB, a aprovação do plano operacional de abril de 2016, a aprovação do plano estratégico para o RSB, aprovado em Assembleia Municipal.*-----

----- O alargamento das zonas operacionais na Cidade de Lisboa faz parte da dinâmica de crescimento da cidade, por isso deveria ser só por si um motivo de preocupação. ----

----- O alargamento da zona à Alta de Lisboa diz respeito a esta Freguesia, porque é desta Freguesia que, nomeadamente do quartel de Alvalade, que saem os meios para toda a área. -----

----- Quanto à falta de efetivos bombeiros no RSB, alguns anos atrás o Regimento teve cerca de 1000 homens, neste momento tem 763 bombeiros. -----

----- Com a aprovação do novo plano operacional, no dia 1 de abril, este plano apresenta diversas lacunas que quero relembrar: -----

----- O plano operacional reduziu o efetivo no quartel de Alvalade. Antes existiam duas viaturas de combate a incêndio com guarnição própria, tinham bombeiros... depois da aprovação do plano operacional só uma viatura é que está disponível porque as guarnições foram destacadas para outro aquartelamento. Se uma viatura sair, a outra fica fora de serviço. -----

----- Acrescento também que o efetivo atual do quartel da 3ª Companhia está abaixo dos 80%. Isto quer dizer que... legalmente aprovadas pelo comando do RSB, sem que fiquem viaturas fora de serviço, mesmo aquelas que o próprio plano indica que não podem ficar desativadas. Isto aconteceu no dia 22, no dia 23, no dia 26. Ficaram viaturas fora de serviço no 3º Batalhão, no turno 2. -----

----- O próprio plano operacional estipula que se uma viatura, por exemplo, sair para limpeza de pavimento, a outra viatura fica fora de serviço. Não quer dizer que não haja socorro, esse socorro vem é de outros quartéis muito mais distantes do que este aqui em Alvalade, que está a servir esta zona. -----

----- E foi o que aconteceu no dia 18 de abril, chegando primeiro a ambulância ao local como era suposto, antes que cheguem materiais de combate, e quem resolveu a situação foram os homens da ambulância. O material de combate que chegou depois veio do quartel de Benfica e veio do quartel de Marvila/Chelas. -----

----- Agora questiono: se houvesse várias vítimas no local, quanto tempo estamos nós dispostos a esperar por socorro? Se a situação é mais grave, quanto tempo é que estamos nós dispostos a esperar pelo socorro? -----

----- Existe também outro ponto neste plano operacional, que são os meios desproporcionados à ocorrência. Isto aconteceu comigo, saí com o VLCI, um carro mais pequeno que só tem 800 litros de água, para um incêndio na Alta de Lisboa. Mesmo com o pedido de reforço de abastecimento de água e de material feito à central, em três ou quatro minutos fiquei sem água e o fogo ainda por apagar. Estive um quarto de hora à espera de água, estive um quarto de hora à espera de reforço. Isto foi porque os marcos de água nesta rua se encontravam vandalizados. -----

----- Se antes o plano ativava o VUCI, que tem 3500 litros de água, o que aconteceu naquele dia foi o seguinte: em vez do VUCI, que tem seis homens na sua composição, compareceram 4 viaturas e 14 homens. Isto está completamente desajustado. -----

----- A aprovação do plano estratégico, aprovado a 10 de dezembro de 2015 pela Assembleia Municipal refere o estudo efetuado pelo pessoal do quadro do RSB que se chama "A relação entre o tempo de deslocação e a disposição espacial dos quartéis do RSB". Eu só quero sublinhar algumas conclusões deste estudo: -----

----- O estudo indica que os VUCIs, as viaturas com mais capacidade, são mais adequados para incêndios urbanos e por isso não foram contabilizados nesse estudo estes carros. Os quartéis do RSB possuem todos um VUCI. Facilmente estes dados seriam comparáveis com outras metrópoles mundiais. -----

----- Isto quer dizer que os registos que foram efetuados foram só com estas viaturas de grande porte. -----

----- *Esse estudo também conclui que o tempo de resposta do RSB está muito abaixo do que é indicado. No entanto, dá a indicação que se deve melhorar. Em processos operacionais o tempo de saída é cerca de um minuto.* -----

----- *O estudo também refere que existem zonas com tempos de resposta que são superiores ao desejável e essas zonas são: Alta de Lisboa, Musgueira, Galinheiras.*-----

----- *Neste momento está-se a construir um novo quartel mas esses quartel ainda não está contemplado no plano operacional que está a decorrer e no estudo não ficou equacionado.* -----

----- *Nos indicadores de 2013 publicados no site do RSB esta Companhia é a que mais saídas tem em todo o RSB.*-----

----- *O plano operacional, sendo da responsabilidade do RSB na sua génese e implementação, é também responsabilidade do poder político, sujeitando o RSB a não satisfazer ou mesmo não cumprir a sua missão como elemento de proteção às populações.* -----

----- *Se por um lado tenho um slogan da autarquia, “mais investimentos, mais meios, mais segurança”, com a qual justifica uma taxa municipal de proteção civil, do outro lado da balança tenho diversos problemas para resolver e que não se vê fim à vista. Por exemplo, digo-vos à condição que faltam bombeiros, conclusão do estudo não ter sido considerado, riscos para os operacionais, alargamento das zonas organizacionais e meios desproporcionados às ocorrências.* -----

----- *Os funcionários, incluindo eu, falhámos... mas um plano que nos obriga a executar essas tarefas, com a qual estamos habituados a desempenhar e para a qual recebemos formação.* -----

----- *Por isso eu alerto, todos temos que estar cientes e esta Assembleia precisa de saber com o que é que pode contar na segurança dos seus fregueses. Popularmente diz-se que «nunca fica um fogo por apagar», só resta saber de todos nós se estamos dispostos a esperar...”* -----

----- **Freguês Luís Filipe Gouveia** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Sendo morador no Bairro das Caixas, queria colocar aqui três questões que eu acho que têm alguma relevância:* -----

----- *Questão um, o estacionamento neste bairro é caótico e não está resolvido. Neste momento constata-se que o estacionamento no Bairro das Caixas é uma fonte de receita. Mais grave ainda, isto é tomado como fonte de receita, com um desrespeito total pelos moradores do Bairro das Caixas.* -----

----- *Eu bem sei que há ruas transversais da Avenida da Igreja que não suportam estacionamento em cima do passeio. No entanto, há uma ou outra rua onde ele pode ser feito sem grandes inconvenientes, inclusivamente para os moradores.*-----

----- *Tem sido uma nítida perseguição aos moradores o que tem sido feito nos últimos meses neste bairro.*-----

----- *Das duas uma, ou se resolve definitivamente o problema do estacionamento, ou se põe parquímetros ou se arranja outra solução, porque assim não pode ser.* -----

----- *Outra questão. Em frente do Centro Comercial de Alvalade existe uma passagem de peões que foi colocada ali quando da abertura do... já lá se deram dois atropelamentos. Um deles já foi este ano, no princípio do ano, cerca das sete da noite, em que uma senhora ao atravessar em frente do centro comercial foi colhida inadvertidamente pela condutora de uma viatura.* -----

----- *Realce-se que às sete horas da noite de janeiro, num dia de chuva intensa, a passagem de peões que existe ali é mal conhecida e não se vê, praticamente não existem marcas porque ficam debaixo de água.* -----

----- Além da inoportunidade que eu vejo de existir ali uma passagem de peões, porque há uma abaixo e há outra acima, se alguém insistir que ela deve existir que ponha ali marcas visíveis ou um desnivelamento da altura para que as pessoas se apercebam disso. -----

----- Eu não sei se o caso foi grave, a senhora ficou inconsciente até ir para o hospital.

----- Finalmente, terceira questão, anteriormente no Bairro das Caixas, no tempo da Freguesia do Campo Grande, houve uma altura em que os recantos das ruas na confluência com a Avenida da Igreja eram ajardinados. Acontece que hoje em dia, há pouco dias aliás andou-se a cortar a relva da Avenida da Igreja mas esses canteiros começam a ficar abandonados. Portanto, a questão é esta: convém não deixar cair um trabalho que foi feito e foi bem feito na altura. -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sou residente no Bairro das Estacas, na Freguesia de Alvalade. -----

----- Antes de mais, saudar novamente esta Assembleia. Já há algum tempo que não tenho tido o gosto de estar convosco. Fico muito feliz por ver uma Freguesia cada vez mais participada, que era algo que eu de facto não registava na anterior. Eu sou oriundo da anterior Freguesia de Alvalade e de facto não via nunca uma sala tão cheia, que acho que é muito importante até para a vivência da democracia. -----

----- Se me permitem, gostaria de partilhar convosco primeiro uma questão que diz respeito precisamente a Aristóteles, uma citação dele que diz “só existe uma forma de evitar as críticas, não fazer nada, não dizer nada e não ser nada”. -----

----- Felizmente, se hoje aqui estamos e se hoje temos algumas coisas a dizer é porque coisas têm sido feitas. Todos podemos discordar se bem ou se mal, mas em todo o caso eu gostava de partilhar convosco algumas questões que têm assaltado a população e que eu hoje vou tentar dedicar um pouco da minha noite aqui convosco. -----

----- Uma delas tem a ver com questão de saúde pública, ou começa a ter a ver com saúde pública. Sei que é do conhecimento da Junta de Freguesia de Alvalade, porque inclusivé uma das funcionárias do pólo da Teixeira de Pascoais já telefonou para o meu telemovel pessoal a perguntar se eu teria alguma informação informal sobre a situação. -----

----- Trata-se de um vizinho meu, mora no mesmo prédio onde eu moro, e que de facto tem sido uma carga de problemas e eu acredito que seja um tema a ser seguido pela comissão social de Freguesia, ou mesmo por uma intervenção um pouco mais profunda. -----

----- Trata-se de uma pessoa que deverá andar à volta entre os 40 e os 50 anos, reside dentro do seu apartamento próprio, provavelmente com dívidas ao Estado e às entidades que fornecem os serviços básicos, porque já não tem água, luz e gás há pelo menos cinco anos dentro de casa. -----

----- Eu não calculo, eu já evidenciei que é uma situação muito estranha no século XXI e deixo uma pergunta precisamente para vos deixar inquietos: e quando este senhor vai à casa-de-banho? Pois, eu não sei, mas que de facto a escada do meu prédio, a minha vizinha de baixo que está neste momento grávida e daqui a três semanas terá uma criança, eu que tenho uma filha com dezanove meses e esta minha vizinha que tem uma criança com cinco anos começamos a achar que é uma coisa que já nem é desagradável, é uma coisa gravíssima e que é precisa alguma intervenção concreta. ----

----- Estranho muito a Junta de Freguesia nunca ter agido nesta situação, até porque já tive a amável visita da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal de Lisboa e com a PSP, a respeito da minha vizinha do rés-do-chão, que de facto tem mobilidade condicionada... intimando a fazer uma rampa que nós, em termos de assembleia de condomínio, dissemos que não nos opomos de todo à construção dessa rampa, mas urn

condomínio que tem um fundo de maneiio de cerca de 200 euros porque tivemos um desvio orçamental, chamemos-lhe assim para ser agradável, e de facto não há fundos próprios.-----

----- Nesta chuva de granizo que houve recentemente tivemos que reparar o telhado todo. Aliás, vamos repará-lo agora porque só fizemos as obras de emergência, porque estava a chover dentro da minha casa, eu moro no último andar.-----

----- Quero perguntar se a Junta de Freguesia terá algum apoio possível, alguma intervenção mais ativa. Os delegados de saúde, tanto quanto sei, até hoje nunca responderam, era um caso que estava sinalizado junto da assistente social da Junta de Freguesia em tempos idos. É uma situação que de facto tem que deixar de informalismos e passar das palavras às ações.-----

----- Gostava ainda de perguntar à Junta de Freguesia, uma vez que como freguês e com uma filha de dezanove meses tenho frequentado a piscina do Regimento de Sapadores Bombeiros ao domingo de manhã, muito agradavelmente têm decorrido estas aulas de natação para bebés. Perguntar, uma vez que o Estrelas de São João de Brito tem um protocolo assinado com a Junta de Freguesia, se eventualmente é só para quem faz competição que este protocolo é válido ou se para os próprios fregueses que têm aulas de natação com o seu agregado familiar, se existe alguma condição preferencial ou se é só mesmo desconhecimento meu, porque no site estive à procura deste protocolo que foi firmado aqui em Assembleia de Freguesia mas não o encontrei. Pode ter sido um lapso meu, ou questões de acessibilidade do próprio sítio da internet da Junta de Freguesia.-----

----- Há ainda uma questão que de certeza que vos lembra a minha pessoa, que tem a ver com as zonas 30. As zonas 30 feitas com o objetivo de reduzir o trânsito de atravessamento dentro das células de Alvalade, como é o caso do Bairro das Estacas, e voltava aqui a perguntar nesta Assembleia quando é que nós efetivamente vamos avaliar o impacto que isto teve na vida pública e que tem no dia a dia dos fregueses de Alvalade.-----

----- Bem presumo que a resposta será a habitual, que a obra não é da competência da Junta de Freguesia, mas eu acredito que os fregueses são competência da Junta de Freguesia de Alvalade e por isso pedia mesmo a vossa intervenção para tentarmos fazer uma avaliação do impacto destas obras.-----

----- Lembro-vos, por exemplo, que a Rua Antero de Figueiredo tem um sinal de sentido proibido, optaram na implementação desta obra para cortar metade da via e colocaram sentido único. É um sinal que habitualmente é vandalizado, eu já quase que fui abalroado por um carro de distribuição da UNICER porque vinha em sentido contrário.-----

----- O modelo de georeferenciação que a Câmara Municipal utilizou para fazer a lomba na Rua Antero de Figueiredo com a Rua Teixeira de Pascoais, que é uma zona crítica, onde havia imenso trânsito e imensos atropelamentos... fico estranhado quando me dizem que viram dois atropelamentos à porta do Centro Comercial de Alvalade. O Centro Comercial de Alvalade não estava georeferenciado como zona crítica de atropelamentos por esse estudo que a Câmara se baseou para fazer essas obras.-----

----- Falando ainda um bocadinho do Bairro das Estacas, se me permitem, era perceber quando é que vamos efetivamente trabalhar sobre a obra da zona 30, que foi mal executada. Os pilaretes que foram instalados com deficiências graves, o asfaltamento por exemplo do Largo Machado de Assis continua numa situação lastimável depois das obras, do trânsito com as máquinas pesadas que lá andavam. Passados quase dois anos, o mandato parece até que já está a chegar ao fim, mas com o plano de

repavimento de Lisboa o Largo Machado de Assis poderá ser um foco de atenção e intervenção da nossa autarquia. -----

----- Também sei que este plano não é da competência da Junta de Freguesia, mas acredito que seja um parceiro natural para a implementação disto. -----

----- Há ainda um conjunto simples de duas questões, uma delas que tem a ver exatamente com o mercado onde faço compras ao sábado de manhã, que é um mercado provisoriamente definitivo, o mercado de levante, Mercado de Alvalade Sul. Veio recentemente na comunicação social e de facto é um bom exemplo do caminho que devemos seguir. -----

----- Eu tive oportunidade de deixar um papel na exposição que esteve montada no Teatro Maria Matos. Lamentavelmente não consegui estar presente, confesso que também não sei se o papel chegou ao destino próprio, deixei com jeitinho em cima da prateleira que havia lá e espero que tenha chegado. -----

----- Depois preocupa-me também como é que nós vamos transformar o Bairro das Estacas. Lembro-vos que logo numa das primeiras Assembleias de Freguesia partilhei convosco que houve em tempos uma proposta da CML para classificar o Bairro das Estacas como conjunto imóvel de interesse público, pela sua arquitetura única. Vocês também tiveram oportunidade de serem parceiros na exposição arquitetónica do LNEC, também a respeito sobre este tipo de arquitetura moderna. -----

----- Perceber até que ponto nós, que reabilitámos o Mercado de Alvalade Sul, não estamos a prejudicar aqui a intenção que era do próprio projetista em termos do que desenhava para esta célula de Alvalade. -----

----- O Bairro das Estacas é uma zona onde o comércio local tende a desaparecer, é quase incipiente. Sobrevivem cerca de quatro ou cinco vendedores ali no mercado de levante, eventualmente um pouco mais, mas a verdade é que não só peca por falta de condições de salubridade, higiene. Todos os dias em que há mercado é preciso fazer uma lavagem profunda da praça onde ele está instalado. -----

----- É naturalíssimo que seja preciso reabilitar o espaço. Hoje em dia, no século XXI, já não se justifica se calhar o tipo de limpeza que é necessário no espaço. Parece-me que a ambição de requalificar o espaço, transformando-o num espaço polivalente, ou seja o que for, é de facto muito interessante mas seria mais interessante ainda se tivesse sido cruzado com a estratégia para a zona. -----

----- Lembro-vos que há um posto de recolha, um posto antigo de seleção de materiais da Câmara que em tempos idos foi desativado, está completamente cheio de graffitis e sem condições de habitabilidade, presumo eu. -----

----- Há também um... que está em ruínas. É de facto perguntar-vos porque não fazer uma intervenção mais profunda e porquê exclusivamente sobre o mercado de levante. --

----- Relativamente à reabilitação que foi feita na Infante Dom Pedro, dar de facto nota que foi muito interessante a reabilitação que foi feita, a transformação de um passeio completamente numa ciclovia, mas perguntar como é que vai ser feito, ou se é que está pensada alguma reabilitação do Chafariz de Entrecampos. É de facto, diria eu, um monumento que pela sua característica é dos últimos chafarizes que ligavam ao Aqueduto das Águas Livres. É curioso como ele está tão menosprezado, está tão enclausurado entre a Portugal Telecom e a linha do comboio e de facto é curioso, porque era o único sítio onde eu me lembro de ver o brasão antigo da Freguesia de Alvalade realizado em calçada portuguesa. É património cultural da nossa Freguesia, é importante preservar estes traços. -----

----- Peço perdão pelo tempo que vos tomei, mas agradeço também as respostas que sejam possíveis. " -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, relativamente à primeira intervenção, as preocupações eram seguramente muito pertinentes, em particular por tangerem com a vida e a integridade física dos fregueses. Tomava muito boa nota dessas preocupações, estudariam com muita atenção o documento que fora entregue e refletiriam maduramente sobre esse assunto. -----

----- Sendo o Regimento de Sapadores Bombeiros um serviço da Câmara Municipal de Lisboa, num certo sentido a Assembleia de Freguesia era incompetente para debater o assunto, mas agradecia muito o contributo e iriam refletir sobre ele para numa outra oportunidade, se viessem a considerar isso pertinente, tomar uma posição sobre essa matéria. -----

----- Quanto à intervenção do freguês Luis Filipe Gouveia, tinha-se discutido muito na Assembleia o problema do estacionamento. O Bairro das Caixas, como aliás o conjunto do Bairro de Alvalade, com a sua natureza de grande consolidação urbanística e na medida em que o espaço não crescia por si, tinha enormes pressões de estacionamento e em particular no Bairro das Caixas havia uma dimensão histórico-social que agravava o problema. O Arquiteto Faria da Costa, se lhe contassem à época que os moradores do Bairro das Caixas iam ter um a dois automóveis por fração, com certeza que acharia um absurdo. Obviamente que não tinha considerado essa dimensão, porque aquele tipo de habitação era à época a preços económicos ou controlados, para conferir condições de habitabilidade a quem não dispunha de rendimentos para o fazer a suas próprias expensas, ou numa dimensão significativa do ponto de vista do orçamento da respetiva família. -----

----- Todavia, já tinham tido oportunidade de discutir na Associação de Moradores do Campo Grande, numa sessão dinamizada com a EMEL, os planos que a EMEL tinha para aquele local e que podia tentar explicar sucintamente de memória. Era essencialmente a tarifação das vias que tinham atravessamento viário, quais fossem a Avenida da Igreja, Alberto de Oliveira sul, Fernando Caldeira sul, Afonso Lopes Vieira em todo o seu comprimento. -----

----- Os impasses seriam exclusivos para residentes com dístico de zona e haveria dois logradouros. No plano original a EMEL considerava quatro, mas por razões de legalidade urbanística das ocupações que ao longo dos anos foram ali surgindo nesses logradouros, dois revelaram-se capazes, até porque já tinham uma utilização de estacionamento selvagem, de serem qualificados não apenas para estacionamento, mas para ordenamento do espaço hortícola que já era utilizado por uma série de cidadãos. ---

----- No conjunto isso permitiria, em primeiro lugar, vocacionar o essencial do estacionamento daquela zona para residentes e procurar que o estacionamento de rotação se fizesse com maior rotatividade, com isso permitindo compensar os residentes e assegurando um ordenamento maior do estacionamento, designadamente devolvendo os passeios à circulação pedonal, que era para o que tinham sido concebidos. -----

----- A passagem de peões que fora desenhada em frente ao Centro Comercial de Alvalade tinha sido a instâncias de um número significativo de cidadãos. Estava de acordo que deveria estar mais visível, mas estava planeada a pintura das passadeiras, não apenas essa, mas as passadeiras no conjunto da Freguesia no tempo seco, o período oportuno para fazer essas repinturas com qualidade. Nessa altura ela seria melhorada. --

----- Os recantos das ruas com a confluência da Avenida da Igreja e outros recantos no conjunto do Bairro das Estacas, como se sabia, eram terrenos que durante 40 ou mais anos ficaram na propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que era quem originalmente construira aquele bairro. Isso acontecera com uma parte dos logradouros traseiros, com o integral conjunto dos logradouros dianteiros e com esses

recantos, que uns estavam no domínio privado da Segurança Social e outros estavam no domínio público. -----

----- À sombra de um acordo alcançado entre o Município de Lisboa e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a Junta de Freguesia protagonizara uma primeira limpeza desses territórios que eram mantidos anteriormente sem título que se conhecesse. No momento estava em fase de conclusão o procedimento de aquisição de serviços de manutenção para esses territórios. Eles não estavam integrados no conjunto do concurso público internacional de manutenção que a Junta realizara, pela razão de não terem a mesma natureza jurídica subjacente. Isso podia parecer estranho, mas não parecia que devessem incluir no mesmo procedimento de contratação terrenos que estavam efetivamente por Lei sob a manutenção da Junta de Freguesia e outros em que, apesar de tudo, ainda havia um certo grau de incerteza se iriam ou não no seu conjunto integrar o domínio público municipal. -----

----- Pior do que isso, à época em que fora lançado o concurso público internacional, aí não estavam seguramente ao abrigo do tal entendimento entre o Município de Lisboa e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e, portanto, objetivamente não podiam ter sido incluídos no perímetro do concurso público internacional de manutenção dos espaços verdes que se encontrava em curso até 2018. Embora a previsibilidade pudesse ter variações, esperava-se que nessa altura o perímetro do próximo concurso internacional, se fosse essa a metodologia que o Executivo em funções entretanto decidisse, podiam ser incluídos no perímetro e a partir desse momento serem mantidos de uma forma coerente com a manutenção do restante espaço. -----

----- Esse procedimento estava em vias de conclusão e muito brtevemente haveria manutenção desses espaços verdes. -----

----- Quanto às questões do freguês Pedro Aparício, permitisse que não lhe respondesse diretamente sobre a questão da saúde pública porque essas questões eram tratadas com enorme recato para os beneficiários dos apoios e com esse cidadão em concreto não seria diferente. Essa sinalização era razoavelmente recente junto dos serviços, que estavam a acompanhar e as diligências seriam mantidas com a máxima discrição. -----

----- O único reporte que se fazia das iniciativas da ação social era quantitativo, o número de visitas domiciliárias, o número de atendimentos, o número de atribuições de apoios. Podia dizer que as atribuições de apoios no âmbito do fundo de emergência social e do fundo social de Freguesia eram cegas para os próprios Membros do Executivo, eram anonimizadas ao nível dos serviços e os Membros do Executivo conheciam características genéricas do titular do apoio mas não conheciam a identidade. Pensavam ser essa a maneira mais digna de tratar situações de carência das pessoas e era o procedimento que tinham. Portanto, manteria também a reserva relativamente a esse freguês. -----

----- Quanto ao protocolo com o Estrelas de São João de Brito, no que dizia respeito à utilização daquela piscina, ele não estava já em vigor, estava em renegociação com o Município de Lisboa que era o proprietário do equipamento. O protocolo que existia com a Junta de Freguesia era só respeitante ao projeto curricular de natação para os jardins de infância que tinha começado em projeto-piloto com o extinto jardim de infância da Freguesia do Campo Grande e que atualmente era um projeto universal no conjunto do pré-escolar público da Freguesia de Alvalade. -----

----- Em relação às zonas 30, tinha-se feito avaliação de algum impacto da obra, havia um conjunto de propostas sinalizadas à CML para correção de defeitos que, com a experiência dos utilizadores, se materializaram nesse território. Podia-se depois mais especificamente promover uma reunião técnica com o freguês Pedro Aparício, como acontecera já no passado, e discutir os detalhes que entendesse pertinentes no sentido de

aditar alguns comentários àqueles que já tinham sido avançados para a CML. Era uma coisa que deferiria para uma reunião mais específica.-----

----- Sobre o asfaltamento no Largo Machado de Assis, ele aconteceria quando estivesse concluída a obra que iria ter lugar no edifício municipal sobre o qual a Freguesia de Alvalade tinha direito de superfície e sobre o qual seriam realizadas obras de requalificação para instalar, pensava-se que transitoriamente, os serviços da Junta de Freguesia que no momento estavam instalados no segundo andar do edifício onde se encontravam.-----

----- Isso era discutido nas Assembleias em que se discutia o Orçamento, o segundo piso era arrendado com um custo muito significativo para a Junta de Freguesia e havia o compromisso de procurar uma instalação mais consistente. O projeto de arquitetura tinha sido pensado no sentido de instalar os serviços da Junta de Freguesia, mas adaptar o edifício com suficiente versatilidade para, se um dia pudessem migrar os serviços da Junta para um outro local, ele pudesse ser colocado para outro fim, designadamente para finalidades sociais.-----

----- Tinha sido feito um concurso público, era uma obra com algum significado mas com uma rentabilidade muito grande no médio prazo, fruto do valor do arrendamento do segundo andar. Em quatro anos esse investimento estava integralmente compensado e deixavam de ter despesa corrente com instalações. A Junta de Freguesia ficava com o problema resolvido de uma forma mais prolongada no tempo. O relatório do júri desse concurso público estava concluído, estava em vias de ser adjudicado e as obras arrancariam quando esses procedimentos da contratação pública estivessem integralmente concluídos.-----

----- Antes de abrir esse edifício à atividade iriam fazer o asfaltamento do Largo Machado de Assis, até por uma questão de coerência. Se iam dar uso àquele espaço, convinha ter condições para esse efeito.-----

----- Do mesmo modo que a Rua Conde de Sabugosa estava no plano de repavimentação da Cidade de Lisboa. Era uma das ruas com maiores dificuldades e, apesar de ter tido um tapa-buracos que ia atrasando os problemas, a Conde de Sabugosa e a Bulhão Pato eram duas ruas que estavam previstas para o próximo ano no âmbito do programa de repavimentação de Lisboa. Estimava que isso decorresse dentro dos calendários normais e que a CML pudesse fazer essa repavimentação.-----

----- Sobre o Mercado de Alvalade Sul, aproveitava para dar o que julgava ser uma novidade. No dia anterior a Assembleia Municipal de Lisboa tinha aprovado a delegação de competências na Junta de Freguesia de Alvalade para a execução do projeto. Era uma coisa que se ambicionava, era uma das conclusões do próprio relatório da discussão pública, que devia ser por delegação de competências que se materializava o projeto. Era um projeto que acarinhava muito.-----

----- Na próxima Assembleia de Freguesia, se fosse entretanto aprovado pelo Executivo como esperava, esse protocolo seria submetido à aprovação da Assembleia. Em princípio aconteceria na próxima Assembleia de Freguesia ordinária de junho, porque não lhe parecia justificar que se fizesse uma extraordinária para o efeito. Já estavam no fim de abril e se marcassem a de junho cedo estariam perfeitamente em linha com os calendários necessários para a execução desse projeto.-----

----- A Vila Afifense era um problema muito mais complexo, porque o essencial daquele território era privado e infelizmente profundamente degradado. O que podiam fazer e tinham feito em conjunto com a Unidade de Intervenção Territorial Centro da CML era a requalificação do estacionamento que era ilegal. Tinham sido muito criticados porque embora ilegal cabiam lá mais carros, mas era uma discussão que recusava sempre fazer. Não discutia contraposições entre estacionamento ordenado e

estacionamento ilegal porque estavam a falar de coisas de tal sorte diferentes que não as punha em comparação. -----

----- Havia uma dificuldade com a plantação das floreiras, relativamente à qual vocalizava de forma crescente com a CML, que se tinha responsabilizado por essa plantação e a Junta pela manutenção das floreiras. Estava em crer que isso estaria resolvido com brevidade, até porque já não era sem tempo.-----

----- Quanto à Infante Dom Pedro, tinha sido acompanhada por um período muito longo do público na Assembleia de Freguesia e muito bem, havia muitos moradores preocupados. Considerava ter sido uma solução muito bem sucedida. -----

----- Quanto ao Chafariz de Entrecampos, a manutenção competia efetivamente à CML e a Junta já solicitara uma intervenção. Não escondia que tinha as maiores dúvidas relativamente às opções de manutenção que foram ali executadas no passado, mesmo relativamente ao brasão em calçada. Já tivera oportunidade de se pronunciar sobre isso publicamente. Mantivera-se a caravela, a barca com os corvos, mas a solução era discutível como todas e não parecia um modo especialmente feliz de engrandecer e memória da extinta Freguesia de Alvalade. Havia outras e deviam essas ser valorizadas e preservadas. -----

----- A instâncias do Senhor Vereador António Prôa a Junta tivera oportunidade até de lhe escrever e não sabia se ele concordara, mas pelo menos considerara que essa posição estava fundamentada e que era respeitável. Ficara uma saudável divergência democrática na vida da cidade, mas era um opção relativamente à qual a Junta de Alvalade se tinha pronunciado. -----

----- Já se tinha feito o pedido de manutenção do chafariz. Não deixava de ser interessante fazer uma auscultação no sentido de saber se a opção azulejar que lá estava era efetivamente a melhor opção e a contento de toda a população. Não era um aspeto que estivesse na programação e estava a ser dada prioridade àqueles que foram os compromissos publicamente assumidos. Era efetivamente a prioridade que se manteria, sem prejuízo de ser nas intervenções do público que muitas vezes se iam aditando pontos à agenda futura e refletindo sobre as matérias.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 15

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata nº 15, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** referiu que após a entrega da moção sobre o 25 de Abril tinha sido contactado pelo PS no sentido de a subscrever e o representante do BE também iria subscrever a moção. Apresentou a seguinte: -----

Moção

“----- Sobre o 25 de Abril -----
----- *No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República.* -----

----- *Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;* -----

----- *Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;* -----

----- Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;-----

----- Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;-----

----- Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar das várias revisões, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz;-----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 27/04/2016, delibera:-----

----- 1. Saudar os Militares de Abril e os Deputados Constituintes.-----

----- 2. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.-----

----- Os Vogais da Assembleia de Freguesia de Alvalade.-----”

----- Disse que aproveitava para dirigir uma saudação especial a um dos Deputados Constituintes, que era Membro da Assembleia de Freguesia, o Doutor Fernandes Marques.-----

----- **Membro Joaquim Fernandes Marques (PSD)** disse que agradecia as palavras, mas não tinha sido Deputado Constituinte. Tinha sido Deputado uns anos depois, em dois mandatos consecutivos. Tivera as mais diversas funções na Assembleia da República e Conselho da Europa, etc., mas Constituinte não fora.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu o esclarecimento de um Deputado do Portugal democrático mas não da Assembleia Constituinte.-----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Sobre o 25 de Abril”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP e BE e voto contra de CDS-PP.-----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O voto é pessoalmente meu e não vincula o CDS.”-----

----- **Membro Cristina Campos (PS)** apresentou o seguinte:-----

----- **Voto de Pesar**-----

----- “*Maria da Luz Martins foi uma mulher de exceção. Durante toda a sua vida manifestou uma invulgar preocupação com o próximo e com a comunidade em que se encontrava profundamente inserida.*-----

----- *Cultivou sempre relações de vizinhança carregadas de uma profunda humanidade e de disponibilidade para apoiar quem mais precisava e nos momentos de maior vulnerabilidade.*-----

----- *Como cidadã, sempre atuou em profunda vocação de serviço público e esteve sempre envolvida nos temas mais importantes para o seu bairro e para a sua freguesia.*-----

----- *Foi assim, durante quase duas décadas, na Assembleia de Freguesia de São João de Brito e, na sequência da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, na de Alvalade.*-----

----- *O seu empenho cívico, político e, acima de tudo, humano é merecedor de vasto reconhecimento por todos os autarcas e cidadãos de Alvalade.*-----

----- *A Junta de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão ordinária pública de 18 de janeiro de 2016 manifesta profundo pesar e expressa à família e aos amigos mais chegados as mais sentidas condolências.*-----

----- *Mais delibera submeter o presente voto à Assembleia de Freguesia e o cumprimento de um minuto de silêncio.*-----

----- Lisboa, em 18 de janeiro de 2016.-----
----- O Presidente – André Moz Caldas.-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar por Maria da Luz Martins**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- (Neste momento a Assembleia, de pé, cumpriu um minuto de silêncio em memória de Maria da Luz Martins)-----

----- **Voto de Louvor**-----

----- *“O CDS-PP reconhece a enorme importância do desenvolvimento de programas de combate ao desperdício alimentar na Freguesia de Alvalade.*-----

----- *Cientes da pobreza encapotada, é com agrado que recebemos a notícia da assinatura de protocolo entre a Junta de Freguesia e o Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, criado pela Câmara Municipal de Lisboa.*-----

----- *É justo reconhecer o contributo que este Comissariado Municipal tem dado para reduzir o desperdício alimentar em Lisboa, em particular pela implementação que esta nova política pública tem de impacto social, económico e ambiental.*-----

----- *Foi aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, na sequência de uma iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes, que 2016 é o “Ano Nacional do Combate ao Desperdício Alimentar”.*-----

----- *É positivo que todos os partidos políticos reconheçam a importância desta nova política pública que visa também uma Cidade, um País e um Mundo melhor e mais sustentável.*-----

----- *Esta realidade passa-se na nossa freguesia, na freguesia de Alvalade, daí a importância do compromisso que a Junta de Freguesia assumiu de não cruzar os braços e fingir que este problema não existe.*-----

----- *Embora ainda exista um longo trabalho a desenvolver, designadamente no papel facilitador de meios que a Junta de Freguesia deve assumir, importa ainda destacar o relevante papel das comunidades religiosas e das várias organizações da sociedade civil que, através dos seus voluntários, conseguem cumprir funções sociais para as quais o Estado não tem vocação nem capacidade. Estes voluntários são a alma destes projetos.*-----

----- Bem-hajam!-----

----- Lisboa, 22 de abril de 2016-----

----- O membro do CDS-PP.-----”

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que iria votar a favor mas havia uma frase sobre a qual discordava, quando se dizia que “o Estado não tem vocação nem capacidade”.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que sendo merecido o louvor, se o CDS aceitasse retirar a referência à vocação do Estado o PS aprovaria o voto de louvor.-----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** aceitou que se retirasse a expressão “o Estado não tem vocação nem capacidade”.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Louvor apresentado pelo CDS-PP**, com as alterações indicadas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do Estatuto do Direito de Oposição, previsto na Lei n.º 24/98, de 26 de maio;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Informação Escrita tinha sido distribuída e salientava apenas dois aspetos, sem prejuízo de ficar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

----- Relativamente à atividade desportiva, a segunda edição das Olissipiadas encontrava-se em curso com um grande esforço e investimento por parte da Junta de Freguesia de Alvalade, em particular porque era notório o impacto positivo que essa iniciativa acabava por ter, quer do ponto de vista do desenvolvimento da atividade desportiva nas crianças, quer nos próprios impactos positivos na atividade da Junta de Freguesia, se como no ano anterior se viesse a consagrar nas primeiras classificadas dessa iniciativa.-----

----- Outra nota era sobre um projeto da economia e inovação e fazia-o num sentido quase promocional. Na Informação Escrita encontravam-se já reportadas as atividades de preparação do “Alvalade à la carte”, uma iniciativa de promoção da restauração da Freguesia que se tinha iniciado nesse dia e que continuaria até dia 1 de maio.-----

----- A sua intervenção era mais no sentido de desafiar todos os Membros da Assembleia de Freguesia a participar nessa iniciativa de apoio ao comércio tradicional num sector em que Alvalade era particularmente característica, o sector da restauração.

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que o PS não podia deixar de destacar o trabalho realizado pela Junta de Freguesia ao nível da ação social, pela sua necessidade constante de intervenção que exigia uma constante atualização. Nesse sentido queria pedir ao Senhor Presidente da Junta se quantificava relativamente aos números do atendimento social de proximidade realizados nesse período.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que a Informação Escrita procurava reportar o essencial, numa perspetiva quantitativa, a atividade desse sector da ação social pelos motivos que já apontara, de preservação da reserva da intimidade da vida privada das pessoas, em particular em situação de carência. Havia nessa Informação Escrita, até em comparação com as anteriores, um notório *output* daquilo que fora um plano que descrevera numa Assembleia de Freguesia.-----

----- Concebia-se como prioritário o desenvolvimento da comissão social de Freguesia, procurando trabalhar em rede com as entidades do terceiro sector mas não apenas com essas, com outro tipo de agremiações, coletividades, até empresas privadas, no sentido de construir o potencial da própria rede de trabalho, malha que estava já em funcionamento no território mas que era razoavelmente desarticulada e muitas vezes concorrencial, perdendo-se com isso uma quantidade muito significativa de recursos e por vezes, infelizmente, duplicando até ofertas, o que prejudicaria a amplitude de alcance da rede.-----

----- Era um processo difícil. Em muito pouco tempo a comissão social de Freguesia de Alvalade transformara-se na maior comissão social de Freguesia em termos de entidades integrantes na Cidade de Lisboa, quer do ponto de vista do número de sessões de trabalho, de plenário, até comemorativas, como fora o caso do primeiro aniversário, mas em particular do desenvolvimento da atividade dos grupos de trabalho começava a dar os seus frutos.-----

----- A par dessa atividade de trabalho em rede tinha sido criada uma estrutura de sinalização com base no conceito de atendimento social de proximidade, que não era substitutivo do atendimento que fazia a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que era a entidade competente por delegação do Estado para assegurar o apoio social na cidade, mas era suplementar e em particular intervinha no período, infelizmente razoavelmente longo, de obtenção do primeiro atendimento social ao nível da Santa Casa da Misericórdia.-----

----- No sector da emergência social era especialmente efetiva a criação desse atendimento social de proximidade, que era descentralizado atualmente de uma forma mais alargada do ponto de vista territorial com a inauguração dos novos postos de atendimento, em particular o posto de atendimento do Bairro Fonsecas e Calçada. Notara-se no desenvolvimento desse atendimento, na estratégia de comunicação e divulgação feita através da própria rede mas também de uma promoção própria pela Junta de Freguesia, um crescimento muito grande tanto do número de atendimentos como de visitas domiciliárias. -----

----- Dizia de memória, mas seriam acima de 90 os atendimentos e cerca de 25 as visitas domiciliárias realizadas no período. Comparativamente com a atividade no passado, que ainda era embrionária, estavam a falar de um crescimento enorme de iniciativas e de intervenção da Junta de Freguesia nesse campo. -----

----- A par disso resultavam sinalizações que davam origem à intervenção da rede, ou candidaturas aos mecanismos de apoio aprovados, designadamente o fundo de emergência social por delegação de competências da Câmara, mas também o fundo social de Freguesia criado pela Assembleia de Freguesia de Alvalade e que tinha uma característica curiosa, porém infeliz. Ao contrário do que era a expectativa de que o fundo social de Freguesia seria um suplemento acima do limiar da elegibilidade do fundo de emergência social, era curioso que o fundo social de Freguesia estava a ser também uma solução abaixo do limiar de elegibilidade do fundo de emergência social.

----- Existiam beneficiários que não podiam candidatar-se ao fundo de emergência social, porque o rendimento *per capita* estava abaixo do fundo de emergência social. Do ponto de vista da filosofia do fundo de emergência social tinham que ter outro tipo de assistência mais consubstanciada, mas ficavam sem qualquer solução de apoio de emergência social. O limiar mínimo *per capita* era muito baixo e as pessoas que ficavam de fora estavam a ser abrangidas pelo fundo social de Freguesia, resolvendo num curtíssimo prazo as exigências de emergência social que surgiam para satisfazer necessidades elementares, como os fornecimentos públicos essenciais, problemas ao nível da habitação, etc. -----

----- O trabalho muito aturado de construção da rede estava a dar frutos a um ritmo muito significativo. Veriam se essa tendência continuava nos próximos reportes, mas era uma aposta de sucesso até ao momento. Só era pena ter que existir. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse gostava de ver esclarecidas algumas questões relativamente ao fundo social de Freguesia, uma vez que nos textos entregues não conseguia vislumbrar alguns dados que teriam interesse em saber. -----

----- O Senhor Presidente da Junta referira que durante esse período fizeram 90 atendimentos, mas a sua questão era saber se esse período compreendia desde a criação do fundo até à Assembleia ou se era algum período em particular. -----

----- Sobre os 90 atendimentos, perguntou se tinham sido sinalizadas algumas pessoas e para essas pessoas, depois de sinalizadas, qual o valor que já estava gasto do fundo social de Freguesia. -----

----- Outra questão era em relação ao valor do limiar mínimo. Gostaria de saber se o limiar mínimo de atribuição de qualquer subsídio ou subvenção aos fregueses de Alvalade estava abaixo dos 425 euros ou se era igual. -----

----- Eram essas questões que gostaria de ver esclarecidas, para poder verificar também se o dinheiro disponibilizado para o fundo era suficiente, se estava a ser gasto dentro das expectativas, se essas mesmas expectativas se iriam manter ou não. Todas as questões tinham a ver com essa preocupação, se o fundo era suficiente ou não para o exercício. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha ficado com algumas dúvidas relativamente ao enquadramento da questão, porque fundo de emergência social da

Junta de Freguesia podia significar os dois fundos, o fundo de emergência social por um lado e o fundo social de Freguesia por outro. Eram dois instrumentos diferentes de intervenção da Junta de Freguesia. -----

----- Esclareceu que o período era o do reporte da Informação Escrita, que constava na capa e no primeiro parágrafo da introdução, entre 1 de novembro de 2015 e 31 de março de 2016.-----

----- Referiu que dos 90 atendimentos tinham sido sinalizadas situações muito diversas e desde logo situações que estavam fora da capacidade da Junta de Freguesia resolver. Identificava-se no conjunto da rede da comissão social de Freguesia qual a instituição mais capacitada para dar uma resposta de qualidade no curto prazo e havia inúmeros exemplos disso.-----

----- Do ponto de vista da execução até estavam abaixo da capacidade. Era uma discussão que tinham sempre que se discutia o Orçamento. -----

----- Havia um acordo com o CDS-PP, que seria materializado na revisão orçamental. Por sugestão do grupo na Assembleia de Freguesia tinham 5% do Orçamento alocado ao fundo social de Freguesia, sendo que num Orçamento de 5 milhões de euros eram 250 mil euros, mas estavam muito longe de gastar 250 mil euros. -----

----- O CDS teria que repensar a sua proposta à luz da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa. No momento havia uma execução do fundo de emergência social de 3 mil euros e no fundo social de Freguesia de 2981,42 euros. Eram os casos sinalizados elegíveis, 100% das solicitações elegíveis à luz do regulamento. -----

----- Havia uma coisa que já tinham debatido várias vezes com o BE nas reuniões preparatórias dos Orçamentos. A eficácia de uma política pública não se media pelos volumes orçamentais que despendia, porque se tivessem 5 milhões num programa de intervenção social da Freguesia, por mais que a Junta se capacitasse só para fazer apoio social direto, muito provavelmente não conseguiria executar 5 milhões. O que estava em caua era ajustarem-se em função das necessidades solicitadas. -----

----- Se considerava que havia ainda pobreza envergonhada e que não estava sinalizada e detetada na rede, com certeza que sim. Havia um trabalho muito profundo a fazer numa população com as características sociológicas da população da Freguesia de Alvalade, mas não estavam a ser indeferidos pedidos de apoio social quando eles eram ilegíveis em termos do regulamento. -----

----- Esclareceu que não havia limiar mínimo no regulamento aprovado pela Assembleia e, portanto, a seu ver essa era uma questão sem objeto. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que tinha ficado com algumas dúvidas e gostava de ser esclarecido novamente em relação aos dois fundos, o valor aproximado, se até ao momento não foram gastos 5 mil euros desses dois fundos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que os números que dera eram duas parcelas. Aliás, até dava mais. No fundo de emergência social eram 3 mil euros, no fundo social de Freguesia eram 2981,42 euros. Só naquelas parcelas dava 5981,42 euros. Aproveitava adicionalmente para dar os valores de 2016. Até ao momento no fundo de emergência social eram 920,71 euros e no fundo social de Freguesia eram 1178, 63 euros. Tudo somado dava mais de 5 mil euros. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o inventário apresentado era só relativo às fichas de abatimento de imobilizado relativamente ao inventário do ano anterior e à introdução de uma parte das aquisições. -----

----- Uma das tarefas que teriam de empreender durante o ano corrente a pensar no próximo ano era o aprofundamento do inventário, por motivo de transição para a

contabilidade patrimonial. Do regime simplificado a Junta de Freguesia passara, em 2015 e era esse ano que iam analisar, para uma contabilidade patrimonial e o volume de trabalho necessário para comportar essa transição tinha sido muito significativo. -----

----- Uma das recomendações que iriam analisar a seguir do Revisor Oficial de Contas era exatamente que se fizesse uma revisão no inventário no sentido de melhor aferir a depreciação do imobilizado da Junta nessa nova forma de reporte da contabilidade. ----

----- O mapa-síntese era muito breve, por comparação àquele que pretendiam apresentar na próxima Assembleia ordinária de Abril de 2017, onde o processo de transição para a contabilidade patrimonial já estaria integralmente concluído e o inventário integralmente revisto no sentido de se poder acomodar a essas regras. -----

----- Não tinha sido possível fazer os dois processos em paralelo, por razões evidentes de volume de trabalho para todos os que estiveram envolvidos nesse processo e aproveitava para cumprimentar os trabalhadores e trabalhadoras da Junta de Freguesia de Alvalade que se empenharam nessa transição. -----

----- Como tiveram oportunidade de ver nos documentos para os pontos subsequentes da ordem de trabalhos, era significativamente mais exigente e mais complexo e, acima de tudo, estava sujeito a revisão legal de contas. Tinha exigido muito sacrifício por parte dos trabalhadores e isso merecia uma palavra pública de reconhecimento. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2015;**-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que do ponto de vista de execução da receita expressa na conta de 2015, ela era inferior ao orçamentado, em resultado da alteração legislativa aprovada a meio do ano pela Assembleia da República e que diminuía as verbas transferidas do Orçamento de Estado para o Orçamento da Freguesia de Alvalade, por efeitos do ajustamento daquilo que tinha sido a concreta transição de meios e de competências do Município na Freguesia. Tendo sido feita a meio do ano, naturalmente que representara uma diminuição da receita expeável por essa via e que se refletia na execução. -----

----- A execução na despesa também era inferior ao orçamentado, em particular em face de investimentos de capital que ainda estavam em preparação no ano 2015 e que iriam ser executados no âmbito do Orçamento de 2016 aprovado e, como esperava, fruto da primeira revisão orçamental que seria submetida à Assembleia. -----

----- O resultado líquido do exercício de 2015 era positivo em 58359,72 euros e estava proposta a aplicação desse resultado de acordo com o previsto no ponto POCAL, 5% para reservas na conta 57 e o restante para resultados transitados na conta 59. -----

----- No âmbito da certificação de contas pelo Revisor Oficial de Contas escolhido pela Assembleia de Freguesia, ela estava conforme o relatório oportunamente distribuído e comportava duas reservas, uma reserva 7 que era obrigatória e que decorria da aplicação das diretrizes de revisão e auditoria 500, que acontecia sempre que um revisor oficial de contas assumia pela primeira vez um compromisso de revisão e auditoria. No caso de Alvalade não tinha havido essa transição, acontecera sim uma entrada em funções pela primeira vez de um Revisor Oficial de Contas, em virtude da transição para o regime da contabilidade patrimonial e da obrigação da certificação legal de contas. -----

----- O Revisor Oficial de Contas era obrigado a apor essa reserva, por não conhecer, ou não ter auditado as contas do exercício imediatamente anterior. -----

----- A segunda reserva era a que tinha referido a propósito do inventário. Não fora possível fazer em paralelo o processo de transição para a contabilidade patrimonial e ainda assim executar procedimentos de inventariado, como tinha sido feito em 2014 na reorganização de Freguesia. Tinha-se feito uma atualização do inventário à época. -----

----- A atualização seria feita para a próxima conta, como acabara de referir e era essa nota que o Revisor Oficial de Contas, e bem, deixava. Isso devia-se a falta de pessoal por um lado, mas acima de tudo por concentração do processo de passagem de contabilidade orçamental para patrimonial, que era um processo de grande monta.-----

----- **Membro João Morais (BE)** fez a seguinte declaração: -----

----- “Considerando que : -----

----- O Bloco de Esquerda votou contra a proposta de orçamento da Freguesia de Alvalade para 2015 de acordo com declaração de voto em que se considerou fundamental o papel das autarquias no auxílio das pessoas mais carenciadas, especialmente na conjuntura de crise, chamando atenção para o considerável número de idosos residentes na freguesia, que viram a sua situação económico-social agravada nos últimos anos;-----

----- Num contexto de crise económica, é expectável dos entes públicos um fortalecimento substancial do esforço financeiro nas áreas sociais, não estando refletido na prestação de contas da Junta de Freguesia de Alvalade um reforço financeiro para dar resposta às dificuldades económicas da população;-----

----- Na certificação Legal de Contas são manifestas reservas e apontam-se vários problemas relacionados com a prestação de contas da Freguesia. -----

----- Assim, atendendo às reservas e problemas descritos na certificação legal de contas, e fundamentalmente porque a execução orçamental do ano de 2015 esteve longe de responder de forma suficiente às necessidades da população num contexto de emergência social, tendo os gastos nas áreas sociais sido renegadas para um papel secundário, à semelhança da proposta de orçamento para 2015, o Bloco de Esquerda vota contra a prestação de contas da Freguesia de Alvalade do ano 2015.”-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que mais uma vez, à semelhança do que acontecera no ano anterior, dois dos pelouros que eram geridos por eleitos do PCP na Junta de Freguesia, educação e desporto, tinham uma execução próxima dos 80% e o pelouro da cultura tinha uma execução orçamental de cerca de 90%. Obviamente que o PCP iria votar a favor. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que na página 6 do relatório de gestão de 2015, na perspetiva orçamental, surgiam receitas de capital a zero, mas na página 9 do Revisor Oficial de Contas receitas de capital com 2470 euros. Certamente seria um lapso.-----

----- Outra questão, que também deveria ser um lapso, era na página 13, natureza dos... da Junta de Freguesia de Alvalade em 2015 e 2014. Presumia que fosse só 2015. -----

----- Por fim, não sabia se teria a ver com a primeira informação do Senhor Presidente, na página 7 do relatório surgia um grau de execução global de receita de 46,40%. Perguntou se era mesmo esse valor. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que era um lapso. Na tabela estava 95,47%. O que contava era a tabela. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **documentos de prestação de contas do ano de 2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS e PCP, voto contra do BE e abstenções de PSD e CDS-PP. -----

----- **Membro João Morais (BE)** pediu que ficasse registado em ata o voto de vencido da sua parte, segundo a declaração que fizera.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento e ao Mapa de Pessoal;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o critério dessa revisão orçamental era muito próximo da revisão feita ao Orçamento de 2015, na sequência da aprovação da Conta de 2014 em abril último. -----

----- Em primeiro lugar era a afetação orçamental das contas que entretanto foram suportando pagamentos de despesas que eram de 2015 e executadas já depois da mudança do ano, despesas que consumiram rubricas de 2016 e que agora eram integralmente repostas para os níveis da sua dotação inicial.-----

----- Também o financiamento total das rubricas do Plano Plurianual de Investimentos que ficaram na revisão orçamental por financiar, como era aliás uma prática de longo tempo na gestão orçamental da Junta de Freguesia, e algum reforço orçamental nas orgânicas relativas à cultura e coletividades, desporto e educação, ação social no âmbito do fundo social de Freguesia, e algum reforço também ao nível do espaço público e equipamentos, não só para poder melhorar um pouco o nível de serviço, mas para financiar os protocolos de delegação de competências entretanto autorizados e alguns novos pequenos projetos de investimento que a Junta pretendia realizar. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que independentemente da posição do PCP sobre a questão dos refugiados, que fora amplamente divulgada, verificava uma verba de 50 mil euros que seria gasta com apoio aos refugiados. Mais uma vez a Junta de Freguesia assumia obrigações que deviam ser da competência de outros organismos do Estado. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que não estava para comentar, mas não podia deixar de notar que ao abrigo da missão e dos objetivos da Junta de Freguesia era sempre muito bonito poder atribuir verbas a essas pessoas que sofriam em virtude de situações que às vezes não estavam legitimadas, quer socialmente, quer mundialmente.

----- No seu entender o valor de 50 mil euros decidido pelo Executivo não fazia sentido, em virtude de tantas necessidades que tinham na Freguesia. Contudo, não deixaria de se abster nesse ponto e não só por causa dessa situação, mas reforçar que o PSD gostaria de ver em primeira instância satisfeitas as necessidades dos fregueses e, em segundo, todas as demais que estivessem previstas na missão da Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que a intervenção que o Membro Francisco Bento acabara de fazer era muito distinta da intervenção do Membro Aquino de Noronha. Aquilo que o Membro Aquino de Noronha tinha dito era respeitável. Havia uma divergência substancial quanto ao modo como se alocavam recursos de uma autarquia local no exercício de funções que podiam entender como, primordialmente, sendo funções da administração central. Divergiam nessa matéria, quanto aos refugiados, quanto ao quadro do Sequeira, por aí fora, mas compreendia-se e era respeitável.-----

----- Diferente era dizer que se faziam políticas por ser bonito, em particular quando essas políticas públicas se dirigiam efetivamente a procurar contribuir para um esforço coletivo no domínio humanitário. Também diferente era fazer um discurso que aparentemente tinha uma certa lógica formal e que atraía os mais incautos que se debruçavam sobre esse tipo de reflexões, designadamente que não deviam orçamentar 50 mil euros porque só executavam menos de 50 mil euros.-----

----- Fazia-lhe lembrar aquilo que dissera uma vez um cidadão da freguesia num desses programas de *voxpopuli* relativamente ao abate das nozeiras da Avenida do Rio de Janeiro, que não se deviam preocupar com aquilo porque havia seguramente coisas mais importantes, como a ação social. Não era muito diferente. -----

----- Pediu ao Membro Francisco Bento que apontasse um caso de apoio social na Freguesia que tivesse deixado de ser apoiado por causa da disposição da Junta de Freguesia em apoiar o esforço coletivo nacional de apoio aos refugiados. Apontasse um

caso e o discurso do Membro Francisco Bento mereceria uma pontinha de consideração por parte do Executivo da Junta de Freguesia.-----

----- Aquilo que fora dito não tinha nenhuma adesão à realidade e era uma porta de entrada para um tipo de discurso que esperava não vir a ser maioritário na população portuguesa. Esse discurso podia ser levado à escala municipal, podia ser levado para a escala nacional e podia ser levado para a escala europeia com os mesmos argumentos e ter como consequência uma catástrofe social e humanitária sem precedentes no continente.-----

----- Podia dizer o mesmo, que não devia a Freguesia apoiar qualquer refugiado sem antes satisfazer as carências sociais de todos os seus fregueses, que não devia o Município de Lisboa apoiar qualquer refugiado sem antes satisfazer as necessidades de carência social de qualquer lisboeta, que não devia a República apoiar qualquer refugiado antes de ter satisfeitas todas as necessidades de todos os portugueses, que não devia a Europa apoiar qualquer refugiado antes de satisfazer todas as necessidades sociais de qualquer europeu.-----

----- Mas esse era um discurso que nunca iria acompanhar e que, como sempre, mereceria a sua mais contundente crítica.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que iria reformular, para que o Senhor Presidente percebesse aquilo que queria transmitir. Possivelmente não teria sido muito claro. Quisera referir que 50 mil euros era muito dentro do Orçamento que tinham para o exercício de 2016.-----

----- Além disso, no seu entender não competia à Junta de Freguesia fazer essas ações. Queria ver como iriam ser materializados os 50 mil euros se efetivamente os refugiados chegassem à Freguesia de Alvalade, se o dinheiro iria efetivamente para esses refugiados. Era uma questão em que tinha dúvidas, mas que o Senhor Presidente iria certamente mais tarde dizer que ele tinha sido aplicado nessas pessoas.-----

----- Concordava com o Senhor Presidente num ponto, era que a maior parte deles sofria de uma situação que lhes era transcendente. Não batiam à porta porque sim, havia algumas situações políticas em diferentes regiões do mundo que levaram a que fossem refugiados.-----

----- O que apelava era a que qualquer verba, fosse feita por uma república, fosse feita por uma monarquia, fosse feita por um órgão qualquer, fosse feita com parcimónia e que se soubesse onde era investido o dinheiro. No caso concreto da Junta de Freguesia de Alvalade, não verificava uma base própria e um planeamento distinto para saber onde iriam investir 50 mil euros.-----

----- Perguntou se era pegar nos 50 mil euros e dar a instituições que depois dariam apoio aos refugiados, se era para materialmente ceder habitações. Era um pouco vago e queria saber o que fariam com os 50 mil euros dentro desse plano para os refugiados.--

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não havia muito a acrescentar. Estavam a falar de 50 mil euros numa rubrica de 250 mil, relativamente à qual tinham sido criticados por ser parcamente executada. Efetivamente eram criticados por uma coisa e pelo seu contrário, mas no meio estava a virtude e era onde se posicionavam. Portanto, estavam confortáveis com isso.-----

----- O modo como ela seria materializada era no quadro da estrutura municipal de apoio aos refugiados. Não era um programa de atração de refugiados, de maneira nenhuma, era um programa social para apoiar quem mais precisava onde essa pessoa se encontrasse. Era um esforço da Junta porque tinha um Orçamento com dimensão suficiente, fruto daquilo que reconhecia ser uma fraca execução orçamental no sector, não porque o dinheiro não estivesse lá disponível, mas porque as pessoas ainda não reconheciam esses programas, fruto de diversas razões.-----

----- Era materializado de forma integrada com o Conselho Português Para os Refugiados e com o plano municipal para os refugiados. Seria essencialmente nesse âmbito.-----

----- A rubrica não era mais vaga do que qualquer outra. Uma rubrica que dizia 50 mil euros para apoio a refugiados era até bastante menos abstrata do que uma rubrica a dizer 100 mil euros para manutenções diversas. Portanto, concentrar a discussão numa rubrica e acusando de ser vaga quando até tinha mais densificação que muitas outras da revisão orçamental, era uma discussão que do seu ponto de vista não fazia muito sentido.-----

----- Concentrarem numa coisa dessas, numa política humanitária, acusando-a de ser menos do que até eram muitas outras rubricas, não merecia concordância, mas a vida democrática era mesmo assim.-----

----- O que as pessoas podiam saber era que com o atual Executivo, na sua pluralidade e embora nele houvesse divergências, havia verbas disponibilizadas para uma política de apoio aos refugiados. Com outros Executivos não haveria e era isso que sempre estava em causa.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de 1ª Revisão ao Orçamento e ao Mapa de Pessoal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e PCP) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP, BE e IPS).-----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação para celebração de Protocolo com a Optica Berna, Lda., de acordo com a Proposta 81/2016;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que era um protocolo muito simples de desconto para os fregueses de Alvalade, para os trabalhadores da Junta de Freguesia e seus familiares. Não era um protocolo que conferisse exclusividade a essa entidade em detrimento de outra qualquer que se prestasse à mesma iniciativa perto da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- Era levado à Assembleia nos termos da Lei, para obter a competente autorização.-----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** perguntou se tinham sido contactadas mais ópticas, se sim ou não.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que a sua questão era a mesma do Membro do CDS.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o Protocolo não conferia nenhuma exclusividade à Optica Berna. Qualquer outra optica que tivesse a mesma iniciativa de contactar a Junta de Freguesia de Alvalade seria tratada em igualdade de circunstâncias.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **celebração de Protocolo com a Optica Berna, Lda**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação de autorização prévia à celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 16º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que esse protocolo dava corpo à implementação do prémio das Olissipiadas do ano anterior. A Freguesia de Alvalade fora a vencedora da primeira edição desses novos Jogos de Lisboa. Era um marco histórico que ninguém retiraria e devia-se essencialmente ao esforço das escolas, das famílias, das crianças, dos clubes e da Junta de Freguesia no sentido de viabilizar uma participação desportiva de relevo nesse certame.-----

----- Como sabiam, esse prémio era de 50 mil euros. Tinha havido uma aturada reflexão sobre as suas aplicações possíveis, que eram duas. A requalificação das casas de função do Parque José Gomes Ferreira, no sentido de o dotar de instalações de apoio à prática

desportiva no parque, e a requalificação do campo de *street basket* da Rua Dom Pedro Cristo, que estava abandonado e poderia nesse âmbito ser requalificado.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia à celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade.-----

----- **Ponto 7 – Eleição de Vogal para a Junta de Freguesia de Alvalade;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como era do conhecimento geral, tinha havido uma alteração à Lei nº 169/99, que regulamentava o modo do exercício de funções nas Juntas de Freguesia. Abriam-se a possibilidade das Freguesias disporem de mais membros dos seus executivos a tempo inteiro.-----

----- O atual Executivo tinha sido concebido ao abrigo das normas então vigentes e algumas pessoas que o integravam estavam impossibilitadas, por motivos profissionais, de assumir com maior profundidade o exercício do mandato no Executivo da Junta de Freguesia a tempo inteiro. Isso obrigara a uma remodelação no Executivo, comportara um gesto de enorme abnegação por parte do Secretário da Junta de Freguesia, Igor Roçadas, que apresentara a renúncia ao seu mandato. Era merecedor de um louvor aprovado na última reunião do Executivo pelo desempenho das suas funções, pelo seu empenhamento cívico, pela sua vocação de serviço público, pela forma como tinha abraçado uma das mais complexas competências transferidas do Município de Lisboa para a Freguesia do ponto de vista operacional, que era sobre a higiene urbana.-----

----- Tinha-o feito implementando um sistema de gestão da qualidade que obtivera a renovação da sua certificação um ano depois. Tinha sido a primeira Freguesia da cidade, pensava até que do País, a ter um dos seus serviços com sistemas de gestão da qualidade certificada. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade continuaria muito grata por todos os serviços que foram prestados.-----

----- Os Membros mantinham-se em funções até que fossem substituídos, nos termos da Lei. Era competência do Presidente propor à Assembleia de Freguesia um nome e propunha o Vogal Mario Branco para substituir o Vogal Igor Roçadas na Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação, por voto secreto, a **designação do Membro Mario Branco para Vogal da Junta de Freguesia de Alvalade**, tendo-se obtido os seguintes resultados: --

----- **15 votos Sim; 3 votos em branco.**-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** pediu que fossem alertados os serviços para o facto do PSD estar a receber a documentação muito em cima da Assembleia de Freguesia. -----

----- A Assembleia de Freguesia tinha muita documentação e não era possível analisar tudo em dois dias, se não contasse com o fim-de-semana. Era muito complicado. -----

----- Certamente não era culpa dos serviços, porque quem lhes entregava a documentação para enviar certamente atrasara no envio dessa documentação. -----

----- O pedido que fazia era para terem a documentação pelo menos com oito dias de antecedência, para poderem analisar. Só quando houvesse algo extraordinário se compreendia a entrega em cima da hora. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que oito dias de antecedência era o prazo legal para a convocatória das reuniões ordinárias da Junta de Freguesia. Nem para a convocatória das reuniões extraordinárias era conferido semelhante prazo, que a Lei definia ser de cinco dias. -----

----- Para a remessa dos documentos e da ordem de trabalhos, coisa que faziam com a convocatória, a Lei previa 48 horas.-----

----- O legislador fixara essas escolhas para o conjunto dos órgãos deliberativos da administração local e, portanto, estavam sujeitos a um princípio de legalidade. -----

----- Percebia a questão em abstrato, que pudesse ser confortável ou útil para qualquer Membro da Assembleia receber os documentos com mais antecedência. Não percebia porque tivessem que descontar o fim-de-semana, porque admitia que fosse em particular no fim-de-semana que os Membros da Assembleia dispunham de tempo com qualidade para análise dos documentos. Era o que fazia quando fora Membro de uma Assembleia de Freguesia. -----

----- O prazo era de 48 horas, o Regimento não decidira coisa diferente e, portanto, antes do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia se comprometer com coisa diferente, uma vez que os serviços eram chefiados pelo Executivo e não pelo Presidente da Assembleia, não obstante terem competência para apoiar os órgãos da Freguesia e faziam com a máxima diligência, esse prazo legal nunca seria ultrapassado. -----

----- Garantias adicionais relativamente a essa matéria também não cabia à Assembleia estabelecer, contra aquilo que fora a vontade do legislador. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e quinze minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO Jose Soares 2º.SECRETÁRIO J. Pedro -----

----- O PRESIDENTE -----

M. Martins